

O Estado de S. Paulo – 23/07/2007

Editorial

Apagão à vista

O risco de um colapso energético em 2011 é de 16,5% a 32%, porcentual muito superior aos 5% tidos como razoáveis pelos especialistas em energia, segundo estudo do **Instituto Acende Brasil**, divulgado terça-feira. Em vez de desqualificar o trabalho, tachando-o de “alarmista”, como fizeram o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, e o diretor da Área de Energia da Petrobrás, Ildo Sauer, as autoridades deveriam discutir essa previsão com isenção.

O trabalho estabelece quatro cenários básicos para a evolução da economia e da oferta de energia até 2011. Entre 2007 e 2009, em qualquer dos cenários, é baixo o risco de um “apagão” como o de 2001. Mas os modelos apontam para riscos crescentes a partir de 2010.

Mesmo que a demanda energética se reduza e não haja atraso nos projetos energéticos, incluindo os do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), se o crescimento do PIB for de 4% ao ano, o risco de o governo ter de decretar um racionamento é estimado em 7%, em 2010, e 16,5%, em 2011.

Esse risco passa para 11,5%, em 2010, e 28%, em 2011, se o PIB crescer 4,8% ao ano e a demanda de energia, 5,3% ao ano. Para uma demanda baixa, mas com atrasos nos projetos e frustração de 40% na energia do Proinfa, o risco é de 10% e 21%, respectivamente. E se, além dos atrasos dos investimentos em geração de energia, o PIB e a demanda energética crescerem 4,8% e 5,3%, o risco sobe a 14% e 32%, respectivamente.

Para chegar a estes números, o instituto trabalhou com dados do Ministério de Minas e Energia (MME), da EPE, do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Os modelos levam em conta o armazenamento de água nos reservatórios, estímulos à construção de novas usinas, os resultados insatisfatórios do leilão de energia alternativa realizado em 18 de junho e o termo de compromisso assinado entre a Petrobrás, o MME e a Aneel sobre a oferta de gás – que não ficou assegurada para as termoeletricas.

E, como a usina nuclear de Angra 3 e as hidrelétricas do Rio Madeira só entrarão em funcionamento, na melhor das hipóteses, em 2012, este ano não foi considerado, supondo-se que, até lá, o desequilíbrio entre oferta e demanda possa diminuir.

Os riscos de um novo apagão seriam atenuados com o aumento da oferta em até 1.800 MW médios de energia firme produzida pelas novas usinas de cana-de-açúcar de Goiás e Mato Grosso do Sul. Embora pareça pouco, em comparação com a capacidade total do País, próxima de 100 mil MW, toda a energia é necessária e o mais prudente é operar com folga.

Os modelos do **Instituto Acende**, denominados Programa Energia Transparente, rodam trimestralmente. Foi divulgada, terça-feira, a edição de julho, indicando a tendência de agravamento do problema energético em relação a abril. O trabalho é elaborado para o instituto pela consultoria PSR, dirigida por um especialista reconhecido no País e no exterior, Mário Veiga.

As autoridades rejeitaram as conclusões com veemência. Tolmasquim declarou, quarta-feira: “É um estudo alarmista, que não agrega nada de útil ao País. É uma especulação. Há investidores que querem o aumento do preço da energia e fazem um jogo pesado para aumentar os preços dos leilões de energia. E essa associação (**Acende Brasil**) está fazendo o jogo desses investidores que querem aumentar o preço da energia.”

Sauer classificou o estudo como “terrorista”, argumentando que a tecnologia disponível permitiria construir usinas térmicas a diesel em apenas um ano, evitando um apagão em 2010 ou 2011. Essa solução significaria trocar energia limpa e renovável por energia cara e poluente.

Se o diagnóstico do setor privado é diferente do oficial, isto pode ser explicado pelo aparente repúdio das áreas técnicas do setor público a discutir francamente os riscos de crise de um modelo elétrico que demorou anos para ser implantado e não trouxe o resultado visado: atrair investimentos maciços para o País.